



Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM

Belo Horizonte, ano 17, n. 59, jan./mar. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Os municípios no cenário da exploração mineral: O Regime de Licenciamento mineral, o Registro de Extração, e as Áreas de Empréstimo
Ana Maria Damasceno de Carvalho Faria, Izabella Pardinho Reis
- ◆ Cidades são possíveis? – A ordenação do solo urbano e a corrupção urbanística
Carlos Vinícius Alves Ribeiro
- ◆ Aspectos jurídicos da regularização fundiária urbana
Fábio Ribeiro dos Santos
- ◆ A progressividade do IPTU e a função social da propriedade
Gláucio Eugênio Cordeiro
- ◆ O ISSQN das sociedades pluriprofissionais
Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira
- ◆ Da delimitação dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública
Kleber Bispo dos Santos
- ◆ A Administração Pública e os edifícios construídos sob medida
Marçal Justen Filho
- ◆ Biodiversidade urbana e cidades sustentáveis
Solange Teles da Silva

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Recurso Especial – Tributário – Condomínios irregulares – Incidência de IPTU – Artigos 32 e 34, do CTN – Ausência de estabelecimento de qualquer limitação ou restrição ao tipo de posse para fins de verificação da ocorrência do fato gerador do IPTU
- ◆ **Tribunal de Contas da União**
Relatório de Auditoria – Avaliação de ajustes firmados por órgãos estaduais e municipais com entidades privadas para a disponibilização de profissionais de saúde

para atuarem em Unidades Públicas de Saúde – Inexistência de estudos que demonstrem as vantagens de terceirização de serviços de saúde – Baixa ou nenhuma participação do Conselho Municipal de Saúde nas decisões – Ausência de planilha de composição de custos unitários – Fiscalização deficiente – Celebração de contrato de gestão com entidade privada não qualificada como organização social e com entidade privada com fins lucrativos – Termos de parcerias celebrados para mera intermediação de mão de obra, sem que a entidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Improbidade Administrativa – Ex-prefeito – Agente político – Possibilidade de aplicação da Lei 8.429/1992 – Inconstitucionalidade material afastada – Convênio entre município e o FNDE – Prestação de contas incompleta – Inexistência de devolução do saldo remanescente – Pena de perda da função pública afastada

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Fracionamento indevido de licitação – Prefeito municipal – Penal – Artigo 90, da Lei nº 8.666/93 – Dolo específico comprovado – Desnecessidade de dano ao Erário – Crime formal – Ausência de dano – Manutenção da pena no mínimo – Prescrição retroativa – Fato ocorrido antes da Lei 12.234/10 – Extinção da punibilidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Ação civil pública – Patrimônio histórico – Bem tombado – Competência comum – Necessidade de conservação e preservação – Impossibilidade de aplicação do princípio da reserva do possível – Possibilidade de aplicação de astreints à Fazenda Pública em razão de descumprimento

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Convênio
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Licitações e Contratações Públicas
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo
- ◆ Licitação
- ◆ Tributário